



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2016

Data: 14/12/2016 - Quarta-feira

Horário: 14h40 às 16h50

Local: Sala de Reunião da Casa Civil – Anexo do Palácio do Buriti - 9º andar

Pauta:

- Aprovação da memória das reuniões de 05/10/2016 e 15/11/2016;
- Participação do secretário-adjunto de Turismo, Esporte e Lazer, Jaime Recena;
- Votação de requerimento da Agenda 21 para: fornecimento de planilhas de despesas com aluguéis de imóveis pelo GDF para acomodação de servidores e patrimônio público;
- Votação de requerimento ao DFTrans para: reencaminhamento dos dados relativos às planilhas de custos das empresas de ônibus em formato legível e aberto;
- Votação de calendário do CTCS para 2017;
- Deliberação sobre documento com balanço do ano a ser encaminhado ao Governador;
- Relatórios dos GTs de Saúde, Licitações e Conselho(s) de Transparência;
- Informes gerais

Reunião presidida por Rodrigo King Lon Chia – Presidente do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal, **coordenada** por Liana Morisco – Secretaria Executiva do Conselho de Transparência e Controle Social e **organizada** por Elisa Ribeiro da Cunha – Assessora SUTCS/CGDF e Fabio Rogerio Antunes da Silva – Assessor SUTCS/CGDF.

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

	ENTIDADE	REPRESENTANTE		14/1/2016
1	Agenda 21	Titular	Davi Silva Fagundes	FI
		Suplente	José Daldegan Júnior	FI
2	FECOMÉRCIO	Titular	Adelmir Araújo Santana	P
		Suplente	Carlos Hiram Bentes David	
3	Força Sindical	Titular	Carlos Alves dos Santos	FI
		Suplente	Zacarias de Assunção	FI
4	FAPE	Titular	Roberto Mesquita Melo	
		Suplente	Lauro Jurgeaitis	P
5	FIBRA	Titular	Jamal Jorge Bittar	FI
		Suplente	Elson Ribeiro Póvoa	FI
6	MCCE	Titular	Miguel Ângelo Martins Lara	P
		Suplente	Ivaneck Perez Alves	
7	NCTS	Titular	Vera Lêda Ferreira de Moraes	P
		Suplente	Ibrahim Yusseff Mahmud Ali	
8	CTB	Titular	Etieno de Sousa Pereira	P
		Suplente	Manoel da Cruz e Silva	
9	OAB	Titular	Antônio Rodrigo Machado de Sousa	P
		Suplente	Alexandre Vieira de Queiroz	
10	CRC	Titular	Adriano de Andrade Marrocos	FJ
		Suplente	Darlene Paulino Rufino Lunelli	FJ
11	CUT Brasília	Titular		FI
		Suplente		FI
12	OSBrasília	Titular	Rodrigo king Lon Chia	P
		Suplente	Antonio José da Silva Barros	
13	IFC	Titular	Everton Kischlat	P
		Suplente	Jovita José Rosa	
14	DIEESE	Titular	Max Leno de Almeida	
		Suplente	Alessandra de Moura Cadamuro	P
15	ABI	Titular	Wanderval Calaça Mendonça	P
		Suplente	Mário de Almeida	P
16	CORECON	Titular	Maria Cristina de Araujo	P
		Suplente	Ronalde Silva Lins	
17	DF em Movimento	Titular	Guilherme Alves Carvalho	P
		Suplente	Ney Hugo Jacinto Silva	
Presentes (P)				13
Faltas Injustificadas (FI)				8
Faltas Justificadas (J)				2



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

Ouvintes e Participantes: Jaime Recena – Secretário Adjunto de Turismo da Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal; Juliano Costa – Subsecretário, da Subsecretaria de Infraestrutura de Turismo, da Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal; Rejane Vaz de Abreu – Coordenadora de Transparência da Subcontroladoria de Transparência e Controle Social; Diego Ramalho – Subcontrolador de Transparência e Controle Social; Marcos Tadeu – Controlador-Geral Adjunto; Henrique Ziller – Controlador-Geral do DF.

PRELIMINARMENTE

Presidente do Conselho de Transparência e Controle Social, Rodrigo Chia, às 14h40, declara aberta a quarta reunião extraordinária do ano de 2016 com 14 membros sendo dois da mesma entidade.

Da aprovação das memórias e do calendário de 2017

Foi aprovada a memória da reunião de 05/10/2016 sem alterações pelos conselheiros. A memória da reunião do dia 16/11/2016 foi aprovada com a alteração do texto enviada por e-mail pelo conselheiro Antônio Barros como consta abaixo; sendo aprovada a alteração por todos os conselheiros.

"O dirigente Everton comentou a resposta do DFTRANS e passou a palavra para Antônio Barros, representante do Observatório Social de Brasília. Este relatou que o pedido se deveu à necessidade de se fazer uma análise da tarifa técnica do sistema de transporte coletivo rodoviário no DF, comentando que os documentos entregues após mais de um ano e meio da solicitação por meio de requerimento do CTCS - um claro desrespeito à instituição e à transparência apregoada pelo governo - não estão legíveis e que as informações não são obviamente claras. As empresas de ônibus precisam apresentar dados detalhados da quantidade de passageiros e das viagens realizadas para que se possa aferir se os subsídios por meio de repasses ao sistema - além das gratuidades -, decorrentes da diferença do preço entre as tarifas cobradas aos usuários e a tarifa técnica, é justo. Apenas esses valores correspondem a mais de R\$ 600 milhões do orçamento do DF, num sistema que consome mais de R\$ 1,05 bilhão por ano. A secretaria Liana esclareceu que no CD enviado há arquivos de imagem em PDF e não são legíveis. A conselheira Maria Cristina falou da importância da clareza das informações prestadas. Everton então solicitou que fosse item da pauta da próxima reunião um novo requerimento ao órgão e que o Observatório Social de Brasília produzisse a redação do novo requerimento a ser votado."



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

Foi apresentada a todos os conselheiros uma proposta de calendário para 2017. O calendário foi aprovado por todos.

Janeiro – Sem reunião

[Início das indicações da composição do CTCS para novo período de 12 meses]

Fevereiro – 01/02/2017 – 1ª Reunião Ordinária

Março – 08/03/2017 - 1ª Reunião Extraordinária

Abril – 05/04/2017 - 2ª Reunião Ordinária

[Nomeação da composição do CTCS para novo período de 12 meses]

Maio – 03/05/2017 - 2ª Reunião Extraordinária

Junho – 07/06/2017 - 3ª Reunião Ordinária

Julho – 05/07/2017 - 3ª Reunião Extraordinária

Agosto – 02/08/2017 - 4ª Reunião Ordinária

Setembro – 06/09/2017 - 4ª Reunião Extraordinária

Outubro – 04/10/2017 - 5ª Reunião Ordinária

Novembro – 01/11/2017 - 5ª Reunião Extraordinária

Dezembro – 06/12/2017 - 6ª Reunião Ordinária

Chia esclareceu aos conselheiros sobre a nova composição do conselho que deverá ser nomeada até maio e que as entidades desde o começo do ano comecem a fazer a indicação de novos membros ou da recondução dos atuais, lembrando que os mandatos são anuais com uma renovação, totalizando dois anos.

Das repostas dos requerimentos

Foi deliberado sobre a reformulação do requerimento que será enviado ao DFtrans e sobre a carta com um balanço das atividades do CTCS no ano de 2016 e um quadro anexo com a situação de todos os requerimentos enviados em 2015 e 2016 para envio ao Governador do Distrito Federal.

O presidente do CTCS comentou sobre a dificuldade de cobrança e de mecanismos para que o conselho seja mais eficiente.

O conselheiro Guilherme questiona que pelo cadastro do CPF e abertura de solicitação no E-sic parece ter mais respostas do que os requerimentos do conselho. A conselheira Maria Cristina que os órgãos tem dado atenção a lei de acesso a informação e que ignoram



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

a posição do conselho de transparência e controle social. A conselheira Vera Leda fala que o conselho precisa de mais autonomia e de mais efetividade para poder fazer alguma diferença no cenário atual.

O conselheiro Lauro pontua sobre os requerimentos de sistemas que são difíceis de atender e que muitos requerimentos foram respondidos mas não de forma efetiva. O presidente Chia explica que alguns tiveram respostas porém não foram realizadas de modo formal ou com respostas que não foram efetivas.

O Controlador-Geral Henrique Ziller solicita a palavra e fala sobre o sistema de gestão orçamentaria (SIGO) tem informações imprecisas, inconsistentes o que tem aumentado as dificuldades do portal com os dados. O sistema é ruim e precisa ser atacado. A criação de ferramentas push será um processo natural e vai permitir mais atualizações. O controlador se colocou a disposição dos conselheiros para ceder o acesso pessoal do controlador ao SIGO para quem quiser monitorar na controladoria e acompanhar o desempenho das metas assumidas.

O presidente Chia convidou a todos os conselheiros para entrem e usem o novo portal da transparência como ferramenta de acompanhamento e controle social. O representante da OAB Antônio elogiou a carta, mas pediu detalhamento para facilitar o entendimento do governador. O vice-presidente Everton sugeriu a cobrança de um instrumento formal do conselho para conseguir cobrar as resoluções e prazo de resposta.

Foi aprovado pelos conselheiros o envio do novo requerimento ao DFTrans e a carta ao governador.

Dos esclarecimentos do Secretário de Turismo

O Secretário Adjunto de Turismo, Jaime Recena, iniciou sua fala sugerindo que fossem protocolados alguns documentos trazidos para comprovar suas respostas ao requerimento enviado pelo Conselho.

O primeiro assunto abordado foi a ocupação dos espaços públicos. O Secretário informou alguns valores da tabela de preços desses espaços os quais são de responsabilidade da Secretaria. Um exemplo foi o Estádio Nacional Mané Garrincha, para eventos culturais as áreas externas e “rústicas” custam aproximadamente R\$3,30 m² e a área interna R\$6,60 m².

Outro tema abordado foram os critérios para autorização de locação desses espaços públicos geridos pela Secretaria de Turismo. O Secretário, Jaime Recena, explicou todo o processo que os interessados devem seguir para conseguir o lugar. Ele salientou que não há um critério que priorize um evento ou outro, que apenas era verificada a disponibilidade do lugar e conferência de todos os documentos solicitados. Também foi esclarecido que os eventos são publicados no Diário Oficial, mas, além disso, não sai em nenhum outro canal de comunicação para que a sociedade civil possa acompanhar.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

Sobre isenções e descontos, o Secretário esclareceu que não há muitos casos em que os espaços foram cedidos gratuitamente e citou um evento beneficente em prol da ABRACE. Também citou que há possibilidade de negociação e descontos, mas não seguem uma tabela. Esses descontos ocorrem, principalmente, quando há interesse de várias cidades em sediar um evento e, para permanecer na concorrência, a Secretaria negocia os valores.

Por fim, foi dito que a Secretaria está trabalhando em prol de criar tabelas de descontos e melhorar essas estratégias de negociação. Além disso, também estão sendo alterados os decretos de locação, visando melhorar a transparência, clareza e organizar as questões de desconto para os aluguéis. O Secretário sugeriu que as minutas fossem enviadas a todos os conselheiros para que estes possam dar sugestões de melhorias a estes documentos.

Vera Leda, uma das conselheiras, iniciou as perguntas feitas ao Secretário. Foi perguntado por que todas essas informações sobre locações, descontos e isenções não estão no Portal da Transparência. Ela também questionou se o convênio feito com a UNESCO no valor de 43 milhões era de responsabilidade da Secretaria de Turismo e como esse dinheiro estava sendo investido. Também foi questionado se esses espaços públicos são autossustentáveis ou se dão prejuízo ao Governo. Por fim, Vera Leda questionou qual custo da Secretaria com marketing e publicidade e reiterou a importância de todas as informações estarem presentes no Portal da Transparência.

Em seguida, o Secretário Adjunto de Turismo respondeu aos questionamentos feitos. Primeiro, ele disse que estava sem todas as respostas das perguntas, pois algumas delas não faziam parte do requerimento enviado a ele. Também foi assumido o compromisso de levar a demanda de colocar as informações no Portal da Transparência e que na próxima reunião deste Conselho, em fevereiro de 2017, a Secretaria já terá atualizado o Portal ou, ao menos, trará uma data para que essa atualização ocorra.

Jaime Recena também disse que o Estado Nacional Mané Garrincha não é autossustentável e o Governo tem de mantê-lo financeiramente, mas que o Centro de Convenções Ulysses Guimarães consegue se sustentar só com os eventos lá realizados. O secretário também esclareceu que o contrato da UNESCO: Prodoc (termo técnico para acordos de cooperação internacional) foi assinado entre Terracap e UNESCO para realização de jogos olímpicos, obras e reformas para as olimpíadas. A Secretaria de Turismo faz parte, mas não é a gestora do contrato. Ainda não houve repasse para nenhum projeto de legado das Olimpíadas.

Continuando os esclarecimentos Jaime Recena declarou que a Secretaria não possui contrato com nenhuma agência de marketing. Houve uma campanha em revistas de bordo no fim do ano para divulgar os jogos olímpicos em Brasília. Todas as ações de divulgação são feitas pela Secretaria de Publicidade, mas não houve nada grande.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS

Em relação aos custos dos CATS (CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA): o espaço no aeroporto tem os custos de aluguel e quem trabalha nesses CATS são servidores comissionados. Espaços na Casa de Chá e no mezanino da Torre ainda são usados e o espaço no Setor Hoteleiro Sul e Norte está fechado por desuso e falta de pessoas para trabalharem.

O vice-presidente Everton de uma sugestão que a Secretaria exponha o processo de contratação, locação e descontos. Também sugeriu um instrumento para exposição de custos de manutenção dos locais que são responsabilidades da Secretaria.

O conselheiro Guilherme questionou sobre a priorização dos critérios de locação para cultura local? O mercado não “se importa” em valorizar a cultura local, mas o governo deveria ter essa sensibilidade de apoiar os produtores e artistas locais, principalmente os que estão começando. Outro conselheiro questionou se há planejamento de justiça social, principalmente, com relação aos valores altos do ingresso no Estádio? A sociedade já pagou pelo estádio, há alguma estratégia de baratear os ingressos, principalmente para quem não pode pagar?

O Secretário de turismo relatou que há uma discussão ampla com relação aos artistas de rua. Não há intervenção aos trabalhos deles. Encontro de pessoas, mobilização de pessoas até uma média de 100-200 pessoas também não são impedidas. A administração público-privada de alguns espaços compete à Secretaria de Fazenda. Em relação ao valor alto dos ingressos existe uma autonomia dos artistas e produtores de evento para colocarem seus preços. Os preços são altos, mas não se caracterizam como preços abusivos. Nos jogos do Flamengo do ano passado, foi garantida uma área popular, para ingressos de baixo custo. Ações assim sairão no novo decreto do Estádio.

Depois de finalizados os questionamentos ao Secretário de Turismo o presidente Rodrigo Chia encerrou a reunião às 16:50. Os demais itens da pauta foram adiados para a próxima reunião:

- Votação de requerimento da Agenda 21 para: fornecimento de planilhas de despesas com aluguéis de imóveis pelo GDF para acomodação de servidores e patrimônio público;
- Relatórios dos GTs de Saúde, Licitações e Conselho(s) de Transparência.